

ENTREVISTA COM JOSÉ RICARDO RAMALHO*

O entrevistado desta vez é o sociólogo José Ricardo Ramalho. Integrante da primeira turma do curso de ciências sociais, já acomodado no prédio atual do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), com pós-graduação realizada na Universidade de São Paulo (USP) e hoje professor titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Sociologia (PPGSA), podemos sem nenhuma dúvida afirmar que “Zé” Ricardo (como é identificado fraternalmente por colegas e alunos) foi e continua a ser um dos expoentes mais atuantes das ciências sociais brasileiras, com um trabalho extenso e intenso que sempre teve como mote a estreita conexão entre academia e públicos extra-acadêmicos. Atuando no Brasil e no exterior com ênfase na área de sociologia do trabalho e desenvolvimento regional, nosso entrevistado contou à *Revista Habitus* um pouco de sua longa trajetória que engloba seus vínculos familiares, interesse pela sociologia e atuação como pesquisador em uma agradável entrevista ambientada em sua sala no quarto andar do antigo prédio localizado no largo São Francisco de Paula, centro do Rio de Janeiro.

Revista Habitus: A ideia é falar da sua trajetória antes de entrar na faculdade, família, origens, etc. e depois o período da faculdade, primeiro falando de sua trajetória no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), depois São Paulo, o ambiente de São Paulo, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo é década de 1970, muita coisa está acontecendo tanto em termos intelectuais como em termos políticos. Então, se você pudesse falar um pouco. Depois queria que você comentasse o desenvolvimento deste grupo de pesquisa aqui no IFCS, dos anos 1980 (...) Depois os anos 1990, as mudanças no mundo do trabalho, sua participação nesse debate e para terminar queria que contasse de sua pesquisa atual na temática do desenvolvimento regional etc., e uma breve retrospectiva.

José Ricardo Ramalho: Vou falar um pouco sobre a minha família. Meu avô por parte de pai era operário têxtil, depois virou pastor evangélico. Começou jovem como operário na periferia do Rio de Janeiro e depois, por razões variadas, entrou para um seminário protestante e se formou como pastor. Então se dedicou à disseminação da religião evangélica em uma época em que os protestantes eram perseguidos pelos católicos. Minha avó era filha de portugueses. Meus avós por parte de mãe eram ambos espanhóis, vieram da Galícia como imigrantes, na passagem do século XIX para o XX. Quando os conheci possuíam uma pequena venda de produtos secos e molhados no subúrbio do Rio. Portanto, as origens são principalmente da Península Ibérica. Tanto por parte de pai como de mãe foram famílias que lutaram muito para melhorar de vida, enfrentaram muitas dificuldades, passaram necessidade. Meu pai foi da primeira geração que pôde fazer faculdade, odontologia, como estratégia para passar para uma situação econômica

melhor. Minha mãe foi criada para casar bem, e só ao longo da vida, já com filhos, se profissionalizou como bibliotecária. Esta é a história deles. Devo muito de minha formação à influência forte de meus pais. Eles sempre tiveram um engajamento político grande, principalmente na faixa de atuação social da igreja protestante. Meu pai, embora fosse profissionalmente dentista, sempre esteve engajado em atividades da igreja. Mas o enfoque não era o proselitismo religioso, e sim fazer a igreja atuar em movimentos contra a pobreza. Eu sou o mais velho de uma família de quatro filhos.

Eu sempre estudei em escola pública. Em colégio estadual no início dos anos 1960 e depois fiz uma prova, um verdadeiro vestibular, para entrar para o [Colégio] Pedro II. Então, nos anos 1960, fui aluno do Colégio Pedro II, o que foi decisivo para minha formação política e minha atuação mesmo como sociólogo. (...) Estudava na unidade do centro da cidade, na Rua Marechal Floriano. O período em que eu entrei para o Pedro II. Eu tinha dez ou onze anos, coincidiu com uma conjuntura bem complicada. Jânio depois Jango e eu como adolescente ficava acompanhando aquilo tudo. [Foi] quando houve o golpe de [19]64. Nessa época eu tinha quatorze anos, criou-se um movimento efervescente de atividades culturais e políticas que passaram a significar uma forma de resistir ao regime militar. A gente sabe que em [19]64, o alvo principal do militares, quando tomaram o poder, foi acabar com as organizações dos trabalhadores e por isso houve intervenção nos sindicatos. Mas entre [19]64 e [19]68 o movimento estudantil ganhou uma dimensão muito grande e passou a ser um dos principais atores de contestação do regime militar. Eu e meu irmão éramos secundaristas do Pedro II nessa época. Eu frequentava o segundo ano do Científico, e essa conjuntura estudantil interferiu muito no colégio. Uma parte dos estudantes, embora muito jovens, resolveu, e eu estava nesse grupo, atuar nas passeatas contra o regime. A gente ficava junto do pessoal universitário e eles botavam a gente de bucha de canhão (risos). Esse grupo participou de quase todas as passeatas, inclusive na sexta feira que ficou conhecida como sexta feira sangrenta, em 1968, e meu irmão, que estava junto comigo, foi baleado pela polícia. Levou um tiro e quase perdeu a perna. Então o clima era esse e nós, embora não tivéssemos uma participação político-partidária, achávamos que o que estava acontecendo no país era importante. A gente se posicionou politicamente e neste sentido a minha família foi super... Apoiou totalmente nossa militância. O engajamento não era profundo na medida em que a gente não conhecia bem os segredos da política. Íamos porque achávamos importante participar das ações e tal. Tínhamos admiração pelos líderes estudantis da época como o Luís Travassos e o Vladimir Palmeira. Eram líderes de posições políticas diferentes e eu só fui perceber isso posteriormente. Achava os dois o máximo. Gostava de vê-los discursando. Minha formação, portanto, teve essa marca da politização que vem dessa conjuntura e com essa trajetória de ligação do movimento secundarista com o movimento estudantil que contestava a ditadura. Nesse período também meu pai, que trabalhava em uma instituição da igreja protestante, foi demitido com a acusação de subversão. Ele então resolveu

largar a odontologia e fez vestibular para Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi). A partir de sua entrada na faculdade, eu e meu segundo irmão passamos a conviver com os colegas de turma dele que iam lá em casa estudar. Eu tinha uns quinze anos mais ou menos e conheci alguns estudantes que inclusive são ou foram colegas do IFCS, como Yvonne [Maggie] e Gilberto Velho.

Revista Habitus: Ele chegou a ter contato com o Evaristo [de Moraes Filho]?

José Ricardo Ramalho: Sim. Em 1968, após a formatura, alguns professores do... Não era IFCS ainda. Convidaram alunos para serem seus assistentes de pesquisa. Nesse contexto meu pai foi convidado pelo professor Evaristo de Moraes [Filho] para ser seu assistente. Ele começou a dar aula no IFCS então como assistente do professor Evaristo de Moraes Filho e mantiveram uma boa relação até hoje. Meu pai tem esta trajetória tardia em ciências sociais, mas ele foi professor do IFCS até 1983 quando se aposentou.

Como estudante universitário, eu entrei no IFCS em 1970, na primeira turma a inaugurar o prédio atual. Como estávamos em plena ditadura, havia um clima de muito temor nas salas de aula, muita repressão. Eu falo isso porque sentei ao lado de agentes de segurança do Estado, armados, assistindo aula junto conosco, entendeu, de mostrar o cano do revólver. Foi o período mais difícil da repressão [da] ditadura militar, o período Médici. Alguns colegas entraram na clandestinidade, outros seguiram outros caminhos inclusive o enfrentamento armado e tal. Os professores também passaram maus momentos porque tinham por um lado o interventor, professor da História, Eremildo Viana, que vigiava aqueles que considerava subversivos; e pelo lado dos estudantes, uma situação complicada, porque tinham que lidar com estudantes que estavam em clara resistência a ditadura militar e, ao mesmo tempo, conviver com a vigilância policial controlando o que ia ser dito. Esse foi um momento ruim do IFCS. Por outro lado, essa necessidade de resistir ao autoritarismo fez com que alguns de nós nos envolvêssemos em grupos de estudo para ler e discutir exatamente as leituras proibidas. Nessa época estávamos encantados com toda a terminologia marxista, líamos avidamente autores marxistas, particularmente o [Louis] Althusser, o [Nicos] Poulantzas e a Marta Harnecker. Eu, junto com dois outros colegas, formei um grupo de estudos de *O Capital*. Reuníamos-nos semanalmente independente das aulas do IFCS. Fizemos isso durante uns dois anos mais ou menos. (...) Os meus colegas eram o Carlos Augusto Addor, hoje professor de História da [Universidade Federal Fluminense] UFF e Carlos Alberto Messeder Pereira, professor da Escola de Comunicação da [Universidade Federal do Rio de Janeiro] UFRJ. Nosso interlocutor era o irmão do Carlos Augusto, Alexandre Addor que já tinha lido *O Capital* anteriormente e serviu um pouco como nossa orientação.

Nesse contexto eu me lembro também que... Não sei quem era o professor. Nós queríamos ler *A Ideologia Alemã* e evidentemente qualquer menção a autor marxista era proibidíssima. Os

professores eram, digamos, censurados se recomendassem esta leitura. Então nossa turma fez uma edição pirata. Era um livrinho assim com uma capinha amarela. Começamos também a usar o espaço de sala de aula para realizar formas, digamos, irônicas de protesto. Sempre tomamos como tarefa participar sempre dos seminários. Não estou falando todo mundo, era o grupo ao qual eu estava mais ligado. A gente participava de todos os seminários. Não deixava, mesmo que o professor não fosse tão bom ou tivesse muito medo e tal, de fazer algo. Nós quase, digamos, dávamos a aula para o professor. Fizemos isso em alguns casos, e foi muito positivo. Nossa turma continua muito unida até hoje. Encontramos-nos anualmente ainda, entre eles o Michel Misse, o Maurício Murad, a Ana Mota, o Bandeira, o Manhães, a Barbara França, o Fiore, o Guina, a Lidia, o Marco Aurélio Marcondes e outros. (...) Então o clima era ao mesmo tempo um clima de perseguição, porque você perdia colegas ao longo dos semestres letivos, das férias e tal, apesar disso eu diria que foi um período que estimulou muito o estudo, a leitura e a produção de um conhecimento. Era pensar alguma coisa que significasse uma, enfim, uma resistência intelectual ao que estava acontecendo.

Revista Habitus: Nessa época não tinha ainda nenhum horizonte de pesquisa? Vocês não tinham contato com...

José Ricardo Ramalho: Duas outras atividades eu exerci neste período e tenho muito orgulho disso. Formamos um grupo de colegas do IFCS, mas também com gente de outros lugares, e queríamos interagir com o que chamávamos as classes populares. Uma das coisas que a ditadura fez foi tentar impedir o contato entre as classes, particularmente o contato dos mais engajados politicamente com as classes populares. Então esse grupo, do qual eu fui um dos organizadores, começou a pensar formas alternativas de ação política que não fosse à luta armada. Elaboramos então a idéia de organizar um curso de madureza para o pessoal da favela do Catumbi. Criamos o curso de madureza que naquela época se chamava Artigo 99. As pessoas tinham aulas de várias matérias por seis meses, um ano e depois faziam um exame para ter o diploma do segundo grau. Essa atividade educacional e política me deu muita satisfação. Contamos nesse processo com o apoio de padres progressistas do colégio São Vicente de Paula e do padre da matriz da Igreja Católica ali no Catumbi. Nossas aulas eram dadas nos salões da igreja. Esse foi então o canal através do qual pudemos ter contatos diários e permanentes com as pessoas mais pobres, interagir com elas, sentir as dificuldades, os problemas, as questões etc. Foi uma experiência fantástica, durou uns dois anos, dois anos e pouco e terminou por divergências entre nós os professores. Esses dois anos correspondem ao período em que eu estava fazendo graduação aqui. Portanto, além de estudo, das aulas, tínhamos este trabalho.

É também nesta fase da minha vida que passo a atuar no Centro Ecumênico de Informação e Documentação (CEDI). Foi nessa ONG que tive uma militância de longa duração junto a trabalhadores e movimentos sociais. (...) Fazia parte de um grupo de intelectuais que se dedicou à uma atuação política na intersecção entre um trabalho de igreja progressista e um trabalho de cientistas sociais. Só para dar um exemplo, do CEDI nesse contexto participou Heloísa Martins,

Aloísio Mercadante, Beto Ricardo, Carlos Brandão, entre outros. Éramos um grupo que fazia assessoria.

Revista Habitus: Isto já é 1970?

José Ricardo Ramalho: Isso foi nos anos 1970, eu me formei em 1973. Foi nesse período aí entre 1970 e 1973. E foi nesse período então que eu busquei uma associação entre esse trabalho, enfim, de querer conhecer mais como é que era o povo e o engajamento e o aprendizado em termos de pesquisa. Com o meu engajamento no CEDI apareceu uma oportunidade de viajar para Goiás Velho e participar de uma pesquisa coordenada pelo antropólogo Carlos Brandão da [Universidade Estadual de Campinas] UNICAMP, que na época lecionava na Universidade Federal de Goiás. A pesquisa fora requisitada por Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho. Considero que tive uma experiência fantástica nesse processo porque aprendi muito no trabalho de campo. Eu morei alternadamente uns seis meses em Goiás e esse trabalho acabou resultando em um livro – *Campesinato Goiano*. À época eu estava querendo estudar o trabalhador urbano e lá era uma área rural. Mas como a gente trabalhava em pequenas comunidades, acabei escrevendo alguma coisa sobre “emprego urbano numa sociedade rural”, fiz um pequeno trabalho sobre isso. Agora, em termos de pesquisa, tive uma influência muito forte dos professores do IFCS, da Antropologia. A professora Neide Esterci foi fundamental na introdução da nossa turma à pesquisa antropológica. Passamos a ler outros autores que não só os autores marxistas, como Malinowski, Radcliffe Brown, Sahlins, todos os clássicos da antropologia. Fazer pesquisa foi uma coisa que me encantou enormemente. Desde o início eu falava para mim mesmo que o negócio para mim era fazer pesquisa. Aliás, continuo até hoje achando que cientista social que se preza não pode parar de fazer pesquisa, tem que continuar e tal. Essa experiência aqui no IFCS, com a leitura desses textos e o contato com as pesquisas dos professores e a minha experiência concreta de trabalho de campo em Goiás foi fundamental para minha formação. Aprendi a fazer entrevista, que é uma coisa que você só aprende fazendo e ter sensibilidade para lidar principalmente com as pessoas mais simples, pessoas que não são da sua classe. Como meu interesse acadêmico, desde esse primeiro contexto quando eu entrei para o curso de Ciências Sociais sempre foi pesquisar as classes subordinadas, as classes oprimidas, os trabalhadores, então esse objetivo me acompanha desde então e mesmo hoje quando faço uma ligeira reorientação do meu trabalho de pesquisa, a questão da participação do trabalhador continua sendo essencial.

Revista Habitus: Você diria que isso tem a ver talvez com a influência da Igreja, não?

José Ricardo Ramalho: A igreja... Bom. Há dois aspectos. Primeiro tive uma formação religiosa que vem de família com meu avô, meu pai, meu tio, então isso evidentemente teve influência, embora a partir da entrada para o IFCS essa questão de fé religiosa tenha perdido muita força para mim como pessoa. Por outro lado, as instituições religiosas exerceram um papel importante de resistência à ditadura e davam guarida para se algum tipo de trabalho

político. O CEDI, por exemplo, era uma instituição ecumênica, centro ecumênico de documentação e informação, era uma instituição mantida pela igreja protestante, os recursos vinham do Conselho Mundial de Igrejas. Basicamente os protestantes que participavam do CEDI eram protestantes progressistas, de esquerda, o que coincide com Medellín, com 1968, quando a Igreja Católica latino-americana faz uma opção pelos pobres. Mas a postura ecumênica do CEDI permitiu um trabalho conjunto com grupos católicos. O que o CEDI fazia? Esses intelectuais protestantes consideraram que para fazer a sociedade mudar era necessário ter no grupo gente que não necessariamente fosse religiosa. Desse modo a instituição recrutou um grupo de intelectuais. A revista do CEDI, *Tempo e Presença*, uma revista que agora praticamente acabou, contava com a colaboração de um conjunto expressivo de intelectuais brasileiros. *Tempo e Presença* era uma revista com uma tiragem de sei lá, chegou a ter quinze mil exemplares, circulava entre agentes pastorais, gente do trabalho de base, da Igreja sindicalista etc., etc. e teve uma penetração incrível e fazia essa junção, que a gente chamava de intersecção entre os intelectuais e a Igreja.

Revista Habitus: Pastoral de base...

José Ricardo Ramalho: Pastoral de base, pastoral operária, trabalhei, fiz assessoria a pastoral de base, pastoral operária, fiz assessoria a pastoral dos movimentos populares e movimentos de bairro. Esse tipo de coisa a gente fazia direto, mas o CEDI também nunca nos exigiu que tivéssemos uma profissão religiosa. Por exemplo, no caso lá de Goiás, quando eu fui com o Carlos Brandão, o bispo era Dom Tomás Balduino. Era uma Igreja Católica progressista, e acabou que [Dom Tomás Balduino] virou padrinho do meu filho que se chama Tomás também. Havia, acho que mais do que hoje, uma identidade entre católicos progressistas, protestantes progressistas e intelectuais progressistas que não optaram por contestar o regime militar através de luta armada ou através de partido político. Não era um partido político, mas tinha uma proposta política de empoderar, é um termo atual não é, empoderar os movimentos sociais. Eu acompanhei durante anos a Baixada Fluminense, o pessoal de Duque de Caxias, assessoriei o pessoal no ABC, assessoriei um pessoal em João Monlevade, uns metalúrgicos de João Monlevade. Era uma equipe de primeira e oferecíamos cursos de formação, discussão de conjuntura este tipo de coisa.

Revista Habitus: “O assessor na corda bamba”... [título do artigo do professor José Ricardo publicado em *Tempo e Presença*]

José Ricardo Ramalho: É, escrevi até um texto sobre isto, exatamente.

Com relação à pós-graduação é o seguinte: quando terminei a graduação no IFCS eu estava muito preocupado em estudar trabalhadores e uma das discussões teóricas da época era a questão da marginalidade social. Havia uma discussão sobre como as cidades latino-americanas estavam crescendo e tal e que uma população urbana se criava e que seria marginal. Marginalidade econômica, política. Eu estava interessado nisso na época e alguns autores foram

muito influentes como Anibal Quijano, José Nun, Chico [Francisco] de Oliveira e outros. Estou lembrando destes porque ficaram mais presentes na minha memória e aí eu pensei: bom eu quero fazer alguma coisa nesta linha, fiz um projeto na linha da marginalidade social. Conversando [com] colegas acabei optando por fazer pós-graduação na USP e sair um pouco do circuito UFRJ para ter outra experiência também e depois...

Revista Habitus: Mas aqui também não tinha...

José Ricardo Ramalho: Quer dizer, quem se aproximava disso era o [Luiz Antônio Machado da Silva] Machado que foi meu professor no meu primeiro ano de mestrado. Fiz dois cursos no Rio antes de ir para a USP que me foram muito úteis, com Machado e Gilberto Velho. No Museu o curso se chamava Antropologia urbana e no Instituto Universitário de Pesquisa (IUPERJ) o curso era sobre Marginalidade Social. Elaborei então um projeto, passei na seleção e conversei com minha orientadora, Ruth Cardoso. Falei para ela que achava que já tinha muita gente trabalhando com o tema e eu queria pegar uma variável desta questão da marginalidade. Então, se os criminosos estão na designação dos marginalizados desta sociedade então porque não pegar este outro lado da marginalidade? Havia dificuldades evidentes para fazer o trabalho de campo porque eu estava querendo conversar com o criminoso na ativa e isso se provou impossível. A força da vontade de fazer pesquisa, de conversar com as pessoas, continuavam muito forte comigo, e então abriu-se a possibilidade de fazer entrevistas com os presos da Casa de Detenção de São Paulo. Em um meandro de contatos que acabou dando certo, podia ter dado tudo errado, mas acabou dando certo, visitei a prisão durante dezoito meses. Nesse período fui sistematicamente ao Carandiru, realizei uma série de entrevistas com os presos que estivessem... Eu fiz uma escolha de presos. Não peguei todos os tipos de crime. Escolhi os crimes contra o patrimônio que são basicamente três: o assalto, roubo, furto e estelionato. Só que esses três crimes correspondiam a 75% da cadeia. 75% dos presos estavam incursos nestes três crimes. Achei então que tinha uma, digamos, uma base para associar crime com a questão da pobreza e com a questão da marginalidade social. O pressuposto era de que se você roubou um patrimônio você tinha um tipo de necessidade e tal, então era um pouco essa ideia. A pesquisa não foi igual o tempo todo. Tive dificuldades também. Quase perdi a pesquisa uma época. O trabalho de campo dependia muito dos humores dos carcereiros e dos diretores da Casa de Detenção. No final das contas, em vez de trabalhar com a ideia de provar o que a teoria já indicava, resolvi observar com atenção o que os presos estavam me falando sobre suas vidas lá dentro. Construí então todo um arcabouço de categorias para explicar como era a vida dentro da cadeia, os valores, as formas de relacionamento etc., etc., a “ordem”. Por isso que o livro sobre esta pesquisa ganhou o nome de *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*, quer dizer, ordem porque tem uma ordem. A cadeia não é um monte de gente que fica olhando um para a cara do outro. Tem toda uma ordem, um conjunto de regras. O simples fato de eu ter feito isso transformou o resultado em um trabalho digamos notável para o padrão da pesquisa em ciências sociais sobre esse tema. Ninguém tinha feito até então um trabalho deste tipo. Todos os trabalhos na área de

criminalidade estavam ligados ou ao jornalismo ou ao direito. Esse tipo de trabalho, eu tenho consciência que foi um dos pioneiros, não é, de pegar e mostrar como é que os presos pensavam, faziam seus reclamos, suas demandas com relação ao que eles chamavam “da sociedade que nos discrimina aqui dentro”, esse tipo de coisa. O livro ficou bem interessante tive o privilégio também de ter o livro publicado imediatamente após a defesa pela Editora Graal (...) em 1979. O livro teve bastante repercussão e várias matérias jornalísticas foram publicadas. A Revista Veja dedicou duas folhas inteiras sobre meu livro com foto e tudo e eu participei de programas de televisão e em 1983 já saiu a segunda edição.

Revista Habitus: E depois...

José Ricardo Ramalho: Vinte anos depois houve um seminário no Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e aí o pessoal do IBCCRIM perguntou se eu não queria republicar o livro. Fizeram quatro mil exemplares, esgotou total também, e aí eu optei por disponibilizá-lo na internet. Está na biblioteca virtual do Centro Edelstein. Todo mundo pode baixar lá se quiser.

Então esse foi o envolvimento meu lá na USP. A relação com a USP foi muito boa pra mim, muito positiva em termos pessoais e intelectuais. Tenho grandes amigos lá até hoje, pessoas que dialogam comigo. Minha orientadora foi uma pessoa muito especial nesse processo, sempre me deu guarida e estímulo.

Nesse período fui contratado para o IFCS. Entrei quando estava terminado o mestrado, em 1979, e emendei direto o doutorado. Prossegui no doutorado da USP com a própria Ruth Cardoso. Fiquei um pouco cansado da discussão sobre crime, prisão e tal e ao mesmo tempo me enfronzava cada vez mais CEDI, no trabalho de formação operária e tal. Nesse período, trabalhei no CEDI cuidando de publicações. Fui responsável durante uns anos, já era professor do IFCS, de uma publicação chamada *Aconteceu* que era uma publicação mimeografada, mas distribuída também para milhares de pessoas da lista do CEDI. O que fazia era: pegava as notícias de jornais, os jornais eram censurados, e fazia uma edição das notícias. Filtrava as notícias relacionadas a trabalho e atualizava as pessoas semanalmente sobre o que se publicava no Brasil, na imprensa brasileira. Aí começaram a aparecer as greves e passamos a fazer também quadros descritivos das greves. Chegou uma hora que resolvemos fazer um dossiê especial que se transformou no *Aconteceu - Trabalhadores Urbanos*. As coisas foram avançando, começamos a fazer tabelas, me lembro que fizemos umas tabelas sobre as greves nos anos 1980 que viraram referência. O Leôncio [Martins Rodrigues], por exemplo, quando escreveu sobre o período cita lá “tabela que está no *Aconteceu*” porque não tinha estatística sobre isso. A gente então ia garimpando pela imprensa: lá tem uma greve, bota aqui. Fizemos um *Aconteceu Especial sobre as greves dos trabalhadores da cana de açúcar*, enfim, e repetimos os dossiês a cada biênio. Nos dossiês iniciamos a colocação de pequenos textos tentando interpretar. Ficou bem legal isso. Associado ao trabalho de assessoria ao movimento sindical. Eu estive como observador em quase todos os eventos de formação de centrais sindicais no Brasil. Fui à famosa Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) de

1981, na Praia Grande, quando o movimento sindical ressurgiu das cinzas. Acompanhei todo o movimento da formação da comissão pró-CUT para a criação da CUT que depois racha e tal. Houve a criação da CUT em 1983, e eu também estava lá em São Bernardo, depois a criação da CONCLAT que foi a dissidência da I CONLAT que virou CONCLAT, depois CGT. Depois virou Força Sindical ou separou da Força Sindical, então eu acompanhei esse processo todo. Tirei foto e tal. Isso tudo faz parte desses dossiês. Pedimos para pessoas que estavam envolvidas ou pesquisadores da área de trabalho para que escrevessem para os dossiês. Os dossiês viraram assim uma referência, então eu estava muito envolvido nisso também, entendeu, e o CEDI abria a possibilidade de fazer este tipo de trabalho, tinha recurso para fazer e tal. Todo esse tempo eu continuava dando aulas na universidade...

Revista Habitus: Era um ambiente político entusiasmado, não é? Você consegue lembrar assim desta época?

José Ricardo Ramalho: Era sim. Minha passagem para o doutorado foi neste contexto, porque houve uma greve de 41 dias na Fiat, em Xerém, em 1991 e o CEDI... Nós fazíamos o trabalho de assessoria aqui na Baixada e resolvemos fazer um dossiê sobre a greve da Fiat. Fomos lá, entrevistamos e eu descobri que tinha a vila FNM e Fiat, que havia diferença entre os trabalhadores velhos e os novos, um falava do passado de um jeito e o os outros falavam não sei o que, os de hoje, enfim, superinteressante. Pensei então: vou fazer minha tese por aí. Depois desse dossiê entrei para o doutorado na USP. A Ruth então me falou: não, agora essa área aí eu vou deixar para você pesquisar por sua conta. Nesse período tive também bons modelos a seguir em termos de trabalhos de estudos de fábrica e tal, particularmente os do José Sérgio Leite Lopes e os de Rosilene Alvim cujos livros e teses serviram de inspiração para a minha pesquisa. (...) José Sérgio, inclusive (...) prefaciou o meu livro, foi de minha banca também de doutorado. A novidade da minha investigação estava no fato de tratar de uma fábrica estatal, militarizada e com características particulares que só enriquecem, enfim, o modelo de discussão sobre essa questão da subordinação dos operários à fábrica, aos diversos símbolos da fábrica, o apito, as casas, que também se repetia só que nesse contexto de fábrica estatal etc. Enfim, essa interlocução ocorreu, eu fiquei... Mas isso complicou um pouco minha vida porque eu estava trabalhando no CEDI, fazendo assessoria, dando aula e tendo que escrever a tese, então eu demorei um tempo grande. Só mais para o final, quando eu estava com risco de perder o prazo consegui uma licença. Eu não tive licença nenhuma para escrever a tese, entendeu, eu tive que fazer o trabalho de campo dando aula aqui. O CNPQ, na época, tirou a bolsa das pessoas que estavam dando aula porque achavam que dar aula era remuneração. Foi desgastante esse período, mas, enfim, eu consegui fazer o trabalho de campo e a tese de doutorado depois virou um livro pela editora Paz e Terra. A discussão era sobre o Estado como produtor e como patrão, as diferenças na forma de resistência dos trabalhadores e algumas contradições entre os trabalhadores. Tentei explorar também uma disputa política entre os trabalhadores comunistas e os trabalhadores que vieram do nordeste recrutados para a fábrica. Os trabalhadores

recrutados pela fábrica eram considerados reacionários pelos comunistas. Eles foram os primeiros a chegar na fábrica, mas quando a fábrica se politizou mais no início dos anos 1950 início dos anos 60, aí o Partido Comunista começou a enviar gente para lá para atuar, sindicato e tal, e houve um embate entre a participação comunista e os operários mais antigos que estavam ligados aos círculos operários católicos. Então ocorreu um embate ideológico. Até então eu estava com a visão dos comunistas com relação aos operários alienados da FNM e eu comecei a desconfiar como cientista social dessa certeza. Iniciei entrevistas com o pessoal considerado alienado ou pró-fábrica e descobri que as coisas eram muito mais complicadas do que pareciam. Evidentemente isso tinha a ver também com a luta política interna e tal, mas eu passei a identificar sinais nítidos de resistência operária também deste grupo. Então teve esse lado bem interessante de desvendar ou de revelar coisas que não estavam, digamos, no padrão de explicação daquele período e particularmente nessa fábrica. Foi isso que resultou na tese que depois virou livro.

Fiz cursos muito interessantes na USP, dos quais destaco curso com o professor [Francisco] Weffort, com o professor Lúcio Kowarick, curso com a professora Ruth Cardoso e curso com o professor Alain Touraine. Eles deram aula neste período, fui aluno deles e particularmente com o professor Lucio Kowarick coincidiu em dia se sua aula o período da morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog. Ia ocorrer uma missa na Praça da Sé, na catedral da Sé em homenagem e tal. Nós entramos na sala e começou uma conversa sobre esse assunto. A gente falou, foi mais ou menos todo mundo e o Lucio junto, não é, falou assim: “a gente não tem condição hoje. Não dá para ter aula. Vamos todo mundo para a missa”. Foi uma coisa impressionante. Cheguei lá estava tudo lotado. Curiosamente olhei para o meu lado assim e fiquei surpreso. Ali estava simplesmente Michel Foucault que tinha ido também para aquela manifestação (risos). O Foucault foi um autor essencial para minha dissertação de mestrado porque toda a discussão sobre criminalidade e tinha acabado de sair o livro dele em português *Vigiar e Punir a história das prisões* que é um livro fantástico, belíssimo e tal que eu usei bastante no trabalho, não é, e ainda tive esse privilégio de participar de um evento político ao lado do Michel Foucault.

Vou falar um pouco da minha história como professor do IFCS. Quando vim para cá, eu colaborei com a ideia de alguns professores porque o IFCS, assim de ocupar o prédio. Ninguém vinha para ficar no IFCS, isso nos anos... No final dos anos 1970, por aí. O pessoal dava aula e ia embora. Aí um grupo de professores, eu, Rosilene, Yvonne e Neide resolvemos desentupir, desentulhar uma sala lá embaixo que é a sala 109 hoje, é a sala Evaristo de Moraes [Filho]. Botamos nossas mesinhas lá e resolvemos: vamos ficar aqui durante todo o dia, em vez de voltar para casa. Isso foi importante porque criou um espírito, assim, de: “vamos construir essa instituição, não vamos deixar essa instituição ser uma coisa marginal nas nossas vidas, vamos fazer com que essa instituição seja uma coisa importante.” Então dali várias coisas surgiram e a mais importantes delas neste período foi a criação do Laboratório de Pesquisa Social (LPS) que

tinha como objetivo principal formar estudantes de graduação em Ciências Sociais para o trabalho de pesquisa. Em função do LPS várias atividades, vários núcleos de pesquisa foram criados e os alunos passaram a ter bolsa de iniciação científica da Fundação Ford, que financiava a experiência do LPS, mas também bolsa da UFRJ, PIBIC etc., etc. Esta experiência muito bem sucedida para a instituição e para os alunos durou bastante tempo com resultados concretos, animadores em termos de continuidade acadêmica dos estudantes na área dos estudos de ciências sociais, tem vários exemplos.

Revista Habitus: Vocês se juntaram, escreveram projeto etc.?

José Ricardo Ramalho: O LPS foi assim um marco aqui na nossa vida institucional principalmente com relação à graduação. Ao fazer isso com a graduação promovemos fortemente a pós-graduação, entendeu. A pós-graduação ganhou importância. Esses meninos que a gente formava iam para o IUPERJ e para o Museu, não é, então começamos a investir também na Pós. No caso da minha participação no LPS duas coisas: uma foi a criação do núcleo de pesquisas sindicais, porque eu comecei a dar curso sobre essa temática aqui no IFCS e um grupo de alunos que tinha um engajamento político já também forte se juntou a mim, entre eles o Marco [Aurélio Santana] foi o principal, mas também outros como Mário Ladoski, o Jairo Dutra e nós criamos o NUPES. O núcleo reproduziu um pouco aqui dentro a idéia de assessoria que o CEDI fazia, só que com a proteção da Universidade. A gente fez muita assessoria, deu curso de formação e tal, participamos desta coisa toda em vários sindicatos do Rio de Janeiro e os efeitos do NUPES ficaram evidentes, as pessoas prosseguiram os estudos nesta mesma linha com o doutorado do Marco, do Mário que fez uma tese sobre a CUT, do Jairo que é assessor sindical e outros. Foi um trabalho fantástico, entendeu, de formação dos estudantes, o Paulo Keller também, que hoje é professor lá da Federal do Maranhão também fez parte deste grupo. Formação de estudantes para pesquisa, mas no nosso caso era uma pesquisa que resultava em algum tipo de engajamento político maior, entendeu. Naquela época, a Paola Cappellin também frequentou esse grupo. O NUPES teve uma importância muito grande para todos nós, eu acho. Marcou mesmo, digamos, a constituição, enfim, desta linha de pesquisa. Neste período, também, através do LPS, a Elina [Pessanha] criou o AMORJ. Então havia uma integração entre nós. A Elina Pessanha e a Regina Morel cuidavam da parte da documentação, e nós cuidávamos da assessoria, formação e tal. Não deixamos em momento nenhum de estar atentos ao fato... Isso era uma das coisas que eu mesmo fazia questão de falar o tempo todo no NUPES. De que a gente não ia ser igual ao assessor sindical profissional, que a gente queria pesquisar e podia fazer também formação. Mas a ideia era também fazer pesquisa de qualidade nesta área de estudos, dar respeitabilidade etc.

Articulou-se também neste período, a ideia de um projeto coletivo de professores. O projeto que se chamava “Trabalhador Carioca”. O NUPES não participava disso. Era composto por um grupo de pesquisadores do IFCS: eu, Elina, Regina, Machado, Bila [Sorj], Alice [Abreu]. Foi através dos recursos desta pesquisa que a gente se instalou aqui, veio aqui para o quarto andar.

Estas salas foram todas reformadas com recursos da FINEP na época. Fizemos pesquisa durante alguns anos com esse grupo, reunimos as pesquisas de cada um e ao final publicamos um livro chamado “Trabalhador Carioca”. No final dos anos 1980, início dos 1990, começa a aparecer uma possibilidade de investir em projetos de pesquisa relacionados ao estado do Rio de Janeiro. Tomei parte uma pesquisa coordenada por Alice Abreu, Leda Gitahy e o Roberto Ruas sobre a indústria de autopeças no Brasil. Realiza-se uma investigação sobre a organização das cadeias produtivas no contexto de reestruturação produtiva e esta pesquisa teve resultados importantes na época.

Nos anos 1990, investimos muito na pós-graduação do IFCS. Fiz parte deste grupo que resolveu enquanto um coletivo transformar o curso de pós-graduação que existia na época, era só mestrado, em um curso de qualidade. A linha de pesquisa Relações de trabalho [e] relações de poder foi constituída neste contexto. O grupo que já estava envolvido nesta temática se transformou num grupo forte dentro da pós-graduação, orientou muitas teses, orienta ainda, mas eu acho que essa coisa de temática de pesquisa também tem uma flutuação, não é, que depende um pouco de conjunturas e tal. Os últimos 20 anos foram decisivos para a concretização desse esforço de constituição desta pós-graduação. Eu me envolvi bastante neste processo como parte de um grupo, Alice Abreu, principalmente. Depois me envolvi no processo de avaliação da CAPES, quando fui escolhido para ser o coordenador adjunto da área de sociologia e durante 6 anos também exerci essa tarefa. Essa experiência foi importante para o programa porque passamos a estar mais atentos aos diversos mecanismos de avaliação e tal. Acho que foi nesse contexto que o Programa conseguiu elevar a sua nota, passar para a nota 7, máxima neste período.

Estive também em dois pós-doutorados na Inglaterra. Um no final dos anos 1980, início dos 1990 no Instituto Latino Americano de Estudos, da Universidade de Londres e em 1995 no Departamento de Sociologia e no Instituto Internacional de Estudos do trabalho, na Universidade de Manchester. Por que a Inglaterra e quais foram as consequências dessas experiências? Primeiro: na evolução das leituras sobre classe operária que fazia no meu trabalho de pesquisa, coincidiu também de ser o período de introdução e muita influência dos trabalhos do Thompson, E. P Thompson. Ele estava presente em toda esta discussão sobre os estudos de fábrica, resistência operária etc., e passou a ser uma referência fundamental. Daí essa atração pela Inglaterra. Meu primeiro período foi no ILAS da Universidade de Londres. Passei uma temporada com tempo para ler e para estudar, mas aí tive o privilégio de ter como meu colega, não de andar, mas de sala abaixo da minha, de Eric Hobsbawm. Uma vez batemos um longo papo sobre meu livro Estado Patrão e Luta Operária que acabava de ser publicado. Ele já tinha visto o livro e se prontificou a conversar. Falamos bastante, foi muito legal. Ele estava lá no ano sabático também, estava estudando América Latina, passou um ano estudando e fez depois uma palestra muito erudita. Esse período permitiu não só me expressar melhor na língua inglesa como também estreitar os laços com um professor que já tinha vindo aqui em 1988 que foi Huw

Beynon, também um dos grandes nomes da sociologia do trabalho britânica. Ele escreveu livros com grande repercussão, tinha uma ligação direta com o Thompson e minha relação profissional se transformou numa relação de amizade com ele. O contato com ele me possibilitou um retorno no segundo “pós-doc” lá em Manchester, onde ele era professor, diretor. Passei um ano no departamento de sociologia participando das atividades do centro internacional de estudos do trabalho que tinha sido criado. Participava dos seminários regulares, inclusive sobre o Brasil e tudo, e a partir daí resolvemos estabelecer um convênio, um vínculo mais institucional entre as duas instituições. Então ele pela parte da Universidade de Manchester e eu aqui pelo [Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia] PPGSA fizemos uma proposta e conseguimos um convênio da CAPES com o Conselho Britânico que durante três a quatro anos financiou idas e vindas de pesquisadores brasileiros e ingleses. A experiência produziu bons resultados, inclusive com doutorandos que foram fazer estágio sanduíche lá, como, por exemplo, o Marco Aurélio Santana do PPGSA, mas outros também como o Paulo Fontes, da UNICAMP. Estabeleceu-se um vínculo muito forte entre o professor Huw Beynon e a pesquisa no Brasil. Depois inclusive escrevemos artigos juntos, participamos de eventos juntos e tudo e ele solidificou os vínculos dele aqui. No ano passado fizemos uma homenagem a ele e tudo. O perfil de trabalho dele é muito parecido com o perfil que a gente adotou aqui quando resolveu conhecer, estar mais perto dos trabalhadores na hora de fazer pesquisa, entendeu. Um pouco pesquisa participante, mas ao mesmo tempo sensibilizado para entender qual a dinâmica de uma classe que não é a sua classe, que você tem que estar muito atento para captar as coisas mais interessantes e valorizar, dar ênfase a estas questões, quer dizer, das relações [entre] capital e trabalho. Da minha perspectiva eu quero saber como o trabalho atua neste conflito, nesta contradição, e nos momentos de transformação como nesses últimos tempos, continuo achando que mesmo com todos os problemas de enfraquecimento das atividades do trabalho, das organizações do trabalho e tal, continuo atento à forma como os trabalhadores agem. Porque a resistência dos trabalhadores ao capitalismo é uma coisa que nunca acaba, na minha avaliação. Resta a nós descobrir como isso se refaz, se reformula, a partir das novas estratégias das empresas e tal Isso permanece para mim como um horizonte que tem que ser pesquisado.

Para terminar: esse período mais recente. Depois da pesquisa sobre a indústria de autopeças, a formação de um polo automotivo no Sul Fluminense, mais ou menos em 1997, 1996, 1997..., a fábrica da Volks é instaurada em 1996. Estimulou-me para fazer um investimento de pesquisa com uma lógica de funcionamento que eu nunca tinha experimentado antes. A ideia de trabalhar com um tema amplo, e incentivar os pesquisadores do grupo a investigarem nichos específicos. Não é todo mundo que tem que fazer a mesma coisa. Cada pode abordar um aspecto que no final das contas soma para a discussão geral, coletiva e tal. Isso já resultou em livro e tudo, e também dissertações teses. Esse modelo funcionou muito bem ao longo dos anos, no final dos anos 1990 início dos 2000, eu continuo atribuindo valor a essa estratégia acadêmica. Essa proposta acabou me associando academicamente e pessoalmente a Iram Jácome Rodrigues da USP, que eu conheci na Inglaterra. O conheci antes, mas tive contato maior na Inglaterra nos

anos 1990. Nossos laços a partir daí se estreitaram quando aprofundamos os estudos sobre a indústria automobilística e aí, evidentemente, o ABC passou a ser uma referência. Ele é um especialista em estudos sobre sindicato no ABC, e essa aproximação foi muito produtiva e ainda hoje permite, a partir de determinados elementos que são comuns às duas regiões, identificar as diferenças, as contradições e as iniciativas dos sindicatos, dos trabalhadores e das empresas e tal. É algo que está funcionando muito bem e tem a ver já com esse período dos anos 2000. Nesse contexto, também foi importante a minha inserção no projeto PROCAD com a Universidade Federal do Maranhão. O projeto surgiu de orientandos meus e da Neide Esterci aqui do PPGSA que são professores da Universidade Federal do Maranhão. Essa interlocução funcionou, meu primeiro contato com o Maranhão foi no final dos anos 1990, convidado por um desses professores, que depois veio fazer doutorado aqui, Marcelo Carneiro. Da relação com eles resultou uma demanda para eu participar também de pesquisas que estivessem sendo feitas naquela região. Dessa forma eu estendi minha pesquisa para... Na verdade, a ideia é estudar três aglomerados industriais ou distritos industriais, em três regiões diferentes, em contextos diferentes e com soluções diferentes. Onde isso aparece, então seria o Sul Fluminense, o ABC e agora aquele aglomerado industrial que faz parte da estrada de ferro da Vale do Rio Doce e Carajás, que produz ferro gusa, duas cidades, particularmente, Marabá e Açailândia que tem uma categoria metalúrgica expressiva. Isso trouxe o debate para a questão... Para dois assuntos que estão incluídos na minha preocupação de pesquisa atual que são: lá ficou claro, no ABC também, no Sul Fluminense também, mas lá ficou muito clara a ligação entre essa temática e a questão dos projetos de desenvolvimento para o país e para as regiões. Por isso me interessei no debate sobre desenvolvimento. No ABC, os sindicatos têm uma atuação muito forte no debate sobre desenvolvimento regional e no norte a questão do desenvolvimento não é prerrogativa dos trabalhadores, é prerrogativa do Estado, dos governos e das empresas, principalmente as empresas de grande porte como a Vale do Rio Doce. Isso trouxe esse novo elemento, digamos, para esse debate, para juntar, porque as discussões sobre trabalho, com a flexibilização das relações de trabalho e tal, explodiram as suas fronteiras eu diria. Acho que não dá para pensar trabalho só dentro fábrica ou só dentro da empresa, só relações de trabalho. O controle do trabalho que é, enfim, um dos focos da sociologia do trabalho, as formas de controle do trabalho hoje estão de tal forma dispersas que fica difícil não rever estes conceitos. Por exemplo, trabalho de telemarketing, trabalho em domicílio, o cara que está no computador em casa trabalhando, fazendo alguma coisa não tem mais controle de trabalho direto como tinha na fábrica fordista e tal, então isso aí evidentemente traz uma série de novas ligações, interlocuções, inclusive com outras áreas, economia, geografia. A globalização levou a uma relação entre empresas e territórios ou regiões muito mais intensa do que anteriormente, então a discussão de região, território produtivo e tal, eu acho que pode fazer parte do debate sobre trabalho e lá na Amazônia ficou muito evidente a questão do meio ambiente, porque para a produção deste aglomerado houve destruição da mata, produção de carvão vegetal, e aí carvão vegetal, a poluição das empresas, mas ao mesmo tempo trabalho escravo, então você faz uma conexão com

o trabalho através da... Enfim é um meandro de coisas complexas. Mas de qualquer forma me despertou a necessidade, não é, e eu estou investindo muito nisso através deste núcleo de pesquisa que eu estou criando agora de desenvolvimento, trabalho e meio ambiente. A ideia de explorar um pouco mais as possíveis ligações entre a temática do trabalho e essas questões do desenvolvimento e ambiente. A discussão do desenvolvimento tem uma ligação direta com a questão do meio ambiente, não pode hoje discutir a questão do desenvolvimento sem pensar no meio ambiente, então é um pouco por aí. Tem mais alguma coisa? Eu falei, o que, mais de uma hora, não é?

Revista Habitus: Tem 1 hora e 17. Eu acho que é isso, Zé. (...) Eu acho que a última pergunta (...) é a seguinte: hoje você está com a carreira efetivada, consagrada, já trabalhou com intelectuais de importância variada, (...) o que significa para você dar aula (...)? [E] [a] pesquisa na sua vida (...)?

José Ricardo Ramalho: Eu considero que a missão do professor de ciências sociais é formar bons alunos. Acredito piamente na superação geracional e na melhoria da qualidade do trabalho das novas gerações. Eu aposto demais nisso, me dedico a isso, e fico realmente orgulhoso, satisfeito quando eu vejo um aluno meu entrando para ser professor de Universidade, fazendo sucesso. Considero isso uma coisa muito importante. O que eu gosto de passar neste processo é primeiro, a importância de ser um bom pesquisador, de ser um pesquisador sério e ser um pesquisador que está atento às questões colocadas pela sociedade. Em minha opinião o espaço de trabalho na universidade tem que ser preservado porque que é um espaço que dá liberdade de pensar e tal, diferentemente de um partido político ou de uma ONG. Acho que o posso fazer de bom é passar para os meus alunos a minha experiência de ser um pesquisador que tem seriedade, que é honesto e tem respeito pelo trabalho intelectual dos colegas, e que faz avançar a ciência, faz avançar a explicação. Não existe ciência sem algum tipo de engajamento. A ciência está sempre engajada de alguma forma e a produção de um conhecimento sobre o tema do trabalho é algo que precisa ser cada vez mais incentivado. O trabalho permanece como uma questão central na vida das pessoas e acho que nós, com a nossa formação, temos capacidade de oferecer para os grupos sociais, para a sociedade, análises qualificadas que ajudem a melhorar as condições de vida das pessoas, que torne a sociedade mais igualitária, mais justa.

Revista Habitus: Obrigado, professor, foi ótimo, foi um prazer.

***Igor Peres, integrante do Comitê Editorial da Revista Habitus, executou e transcreveu a entrevista concedida pelo professor José Ricardo Ramalho nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), no dia 24 de maio de 2012.**